

## CONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

### **Carlinda Leite**

Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto  
carlinda@fpce.up.pt

### **Preciosa Fernandes**

Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto  
preciosa@fpce.up.pt

### **Ana Mouraz**

Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto  
anamouraz@fpce.up.pt

A contextualização curricular tem vindo progressivamente a assumir-se como uma temática central nos debates sobre o ensino e a aprendizagem. Entendida como forma de aproximar os processos da educação escolar das realidades concretas dos alunos, o recurso a procedimentos de contextualização é reconhecido como condição necessária à organização das actividades a desenvolver com os alunos. Relacionando as tarefas educacionais com os saberes e experiências de vida, a contextualização curricular cria condições para dar lugar, na escola, às culturas de origem dos alunos e ao desenvolvimento de auto-conceitos positivos. Para além disso, promove relações entre a teoria e a prática e permite que os estudantes confirmem sentido e utilidade ao que aprendem. Contextualizar o currículo visa, pois, a produção de um currículo significativo para os alunos, identificado com o que James Beane (1997) designa por currículo coerente e configurador de uma escola democrática (Apple & Beane, 2000).

Estes foram os princípios que orientaram e justificaram o projeto de investigação *Contextualizar o saber para a melhoria dos resultados dos alunos*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e desenvolvido por uma equipa do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto, em parceria com investigadores



do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho.

Neste número da Revista *Interações*, através de artigos que a compõem, é divulgado parte do conhecimento produzido no âmbito do referido projeto. Com eles pretende-se contribuir para ampliar o debate sobre *princípios e práticas de contextualização curricular*. Neste sentido, aos textos de elementos da equipa de projecto foram associados quatro artigos de académicos que têm reflectido sobre esta temática. Dois desses textos têm como autores investigadores internacionais, o que revela a importância que a contextualização curricular tem vindo a ter no campo educacional.

O primeiro artigo, intitulado “Território, cultura y contextualización curricular”, da autoria de Miguel Zabalza, analisa o conceito de contextualização curricular a partir de quatro perspectivas: (1) o contexto como agente de construção de identidade dos estudantes; (2) o contexto e a instituição escolar; (3) o contexto e o currículo; (4) o contexto e a metodologia didáctica. O texto conclui assinalando a importância da contextualização curricular como mecanismo de fortalecimento da comunidade local e estímulo para o compromisso colectivo na sua melhoria.

José Carlos Morgado e Bruno Mendes, no artigo “Discursos políticos sobre Educação em Portugal: existe lugar para a contextualização curricular?” colocam o enfoque nos diplomas legais publicados no período compreendido entre 2001 e 2010. Constatam que a contextualização curricular não é taxativamente enunciada nos documentos legislativos analisados. Esta ausência de referência à contextualização curricular nos documentos legais é interpretada pelos autores como significando um *delito de omissão* pelos responsáveis políticos. O seja, consideram que estes responsáveis, não deixando reconhecer a importância da contextualização curricular, apenas a vertem nos diplomas por via indirecta, através de mecanismos – flexibilização, integração, articulação e diferenciação curriculares – que, no seu conjunto, podem, eventualmente, contribuir para que o desenvolvimento do currículo se processe de forma contextualizada.

Ariana Cosme e Rui Trindade, no texto “A gestão curricular como um desafio epistemológico: a diferenciação educativa em debate”, sustentam o recurso à contextualização curricular como imprescindível ao desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem que respeitem as singularidades cognitivas e culturais dos alunos. Consideram que faz parte das responsabilidades dos professores, como



gestores curriculares, a identificação das singularidades da relação entre cada um dos seus alunos e os objetos de saber sobre os quais estes se debruçam. Consideram ainda que esta responsabilidade se amplia no momento em que estes desafios passam a ser abordados, também, em função da análise e compreensão das vicissitudes históricas do próprio processo de construção, afirmação e desenvolvimento daqueles objetos de saber.

No artigo “Práticas curriculares no ensino da Matemática: percepções de alunos do 9.º ano de escolaridade e sua relação com a contextualização curricular”, Carlinda Leite e Fátima Delgado dão conta da pesquisa que realizaram sobre estratégias de ensino mais frequentemente usadas por professores de Matemática e efeitos que, segundo os alunos, geram na construção de aprendizagens. Os resultados desta pesquisa indicam que as estratégias mais frequentes são de orientação tradicional e de aprendizagem por treino. São também, segundo os alunos, aquelas que mais contribuem para as suas aprendizagens. As estratégias que os professores seguem, relacionadas com procedimentos de contextualização curricular, também existem, embora com menos frequência, e mais orientadas para a aprendizagem do que consta no programa escolar do que para o desenvolvimento de um pensamento que associe a aprendizagem matemática a situações do quotidiano.

A “Contextualização curricular nas disciplinas de expressões no ensino básico” constitui o foco do artigo da autoria de Ana Mouraz. Nele pretendeu-se saber se nas escolas o esforço de contextualização curricular está presente nas práticas pedagógicas dos professores destas disciplinas e se tal esforço é entendido pelos estudantes como modos de contribuir para aprendizagens mais significativas e bem sucedidas. O trabalho empírico realizado usou uma amostra ocasional constituída por 12 professores e alunos de 12 turmas de disciplinas das áreas das Expressões (Educação Visual e Educação Musical) do 3.º ciclo do Ensino Básico. Os resultados indicam que os professores entendem e praticam a contextualização curricular, sobretudo de acordo com os referenciais do aluno, dos seus interesses e do local, pese embora as aprendizagens fiquem aquém do planeado. Já os alunos valorizam as aprendizagens realizadas em relação ao seu futuro, e tendem a privilegiar a dimensão vocacional e utilitária em detrimento de uma formação mais geral.

Focando “Os exames nacionais e contextualização no ensino da História”, Manuela Esteves e Ângela Rodrigues procuram, num estudo exploratório, analisar possíveis efeitos percebidos das provas de exame na configuração dos processos de



ensino. Apresentam o modo como alguns professores, especialmente bem sucedidos no seu trabalho, encontram, ou não, espaço para contextualização curricular e nela veem vantagens. Os dados recolhidos através de entrevistas a estas professoras revelam existir uma clara noção da necessidade de adequar ao contexto específico de cada escola, turma e aluno, o que se ensina, embora o conceito de “contextualização do saber” não ocupe um lugar central no discurso enunciando. Consideram também estas professoras que existe espaço para contextualizar o ensino e a aprendizagem da História, não constituindo os exames um impedimento para o desenvolvimento destas práticas.

O artigo “*Contextualização curricular- subsídios para novas significações*”, da autoria de Preciosa Fernandes e de Carla Figueiredo, apresenta vantagens e constrangimentos do recurso a práticas de contextualização curricular. Os dados foram recolhidos através de entrevistas a professores das disciplinas de Português, Matemática, Físico-Química, Ciências Naturais/Biologia e História e a coordenadores dos respetivos departamentos de uma escola secundária do grande Porto. A análise desses dados evidencia que o recurso a práticas de contextualização curricular é valorizado, reconhecendo-se que constitui uma via promotora de aprendizagens mais significativas para os alunos. A *falta de tempo*, relacionado com a exigência de *cumprimento do programa*, é assinalado como o maior constrangimento ao exercício de práticas de contextualização curricular.

O texto da autoria de Mark Priestley foi originalmente publicado na *Scottish Educational Review*, em 2010. Nele é apresentada e analisada a iniciativa de um programa levado a cabo pelo governo escocês na intenção de desenvolver um currículo para a excelência (Scotland’s Curriculum for Excellence [CfE]). Este modelo procura combinar as prescrições governamentais com o trabalho de desenvolvimento curricular produzido nas escolas pelos professores, de modo a tornar o currículo significativo. No texto, Priestley retoma e discute as principais reservas que têm sido colocadas a este movimento, nomeadamente o risco do seu eclectismo e do seu carácter não teórico. Depois, o autor faz uma proposta de tradução das políticas curriculares em práticas, que assenta na atenção explícita que é dada ao modo como as grandes ideias, que matriciam essas políticas, se articulam com a estrutura local e na identificação de factores culturais que podem ter impacto na sua concretização. Pareceu-nos que os mesmos riscos e as mesmas sugestões podem ser aplicados à contextualização curricular, o que justifica a inclusão deste texto, cuja autorização de



publicação agradecemos ao seu autor e ao editor da revista *Scottish Educational Review*.

Este número da revista fecha com um texto da autoria de João Pedro da Ponte e Marisa Quaresma que tem por título “*O papel do contexto nas tarefas matemáticas*”, e onde é analisado o papel do contexto nas tarefas matemáticas. Seguindo Skovsmose (2001) quando sustenta que os alunos precisam de trabalhar com contextos realísticos, de semi-realidade e matemáticos, os autores apresentam abordagens e analisam tarefas em que o contexto é usado nestes diversos sentidos. Argumentando que o contexto deve ser sobretudo um suporte para a aprendizagem da Matemática e marcado por circunstâncias favoráveis à aprendizagem, capaz de estimular a interação construtiva entre os alunos, concluem que é uma ideia errada pensar que todas as questões matemáticas têm de ser necessariamente formuladas em termos de realidade extra-matemática. Considerando que as questões formuladas em contextos de realidade têm o seu papel, sustentam que as questões formuladas em contextos de semi-realidade e em contextos matemáticos têm também um importante papel a desempenhar. Em síntese, pelas ideias que este texto veicula e pela reflexão que suscitará, estamos certas que ele constituirá um excelente contributo para a organização dos processos curriculares de todos aqueles que o lerem e trabalharem.

As organizadoras deste número

Carlinda Leite, Preciosa Fernandes e Ana Mouraz